

**Caracterização da prática fitoterápica nas unidades básicas de atenção primária à saúde
em Picos-PI**

**Characterization of phytotherapy practice in basic units of primary health care in Picos-
PI**

**Caracterización de la práctica fitoterápica en las unidades básicas de atención primaria
a la salud en Picos-PI**

Recebido: 21/07/2019 | Revisado: 25/07/2019 | Aceito: 25/08/2019 | Publicado: 26/08/2019

Marina Lacerda Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3941-0130>

Universidade Federal do Piauí, UFPI

E-mail: marina866@hotmail.com

Maíza Lacerda Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6839-3646>

Universidade Federal do Piauí, UFPI

E-mail: maizalb02@gmail.com

Tamires da Cunha Soares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0466-5021>

Universidade Federal do Piauí, UFPI

E-mail: tamiressoares22@outlook.com

Ticianne da Cunha Soares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3016-7763>

Universidade Federal do Piauí, UFPI

E-mail: ticiannesoares@outlook.com

Lindalva de Moura Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5544-8078>

Universidade Federal do Piauí, UFPI

E-mail: lindalva.nutri.ufpi@gmail.com

Gabriel Barbosa Câmara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4964-0837>

Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande, UNIFACISA

E-mail: gabrielbarbosacamara@hotmail.com

Resumo

O presente estudo objetivou realizar a caracterização da prática fitoterápica nas unidades básicas de atenção primária à saúde em Picos-PI. Trata-se de análise quali-quantitativa, descritiva e exploratória. A população-alvo do estudo foi definida através de amostragem não probabilística e os dados foram obtidos com base na aplicação de 3 questionários distintos direcionados aos gestores (n = 6), profissionais da saúde (n = 25) atuantes nas Estratégias Saúde da Família e usuários (n = 50) deste serviço de saúde que requeriam este serviço na zona urbana. Observou-se que 92% dos profissionais da saúde apresentaram boa aceitação sobre a inserção da fitoterapia no Sistema Único de Saúde. Entre os gestores, houve unanimidade quanto à implementação da fitoterapia na atenção básica como tratamento alternativo. Constatou-se ainda que, segundo os gestores entrevistados, 67% dos usuários solicitaram tratamentos alternativos nas unidades de saúde. No entanto, observou-se que existem muitas dificuldades a serem enfrentadas quanto à infraestrutura dos serviços e à organização do sistema de saúde para que a fitoterapia seja devidamente aplicada como suporte aos cuidados em saúde, visto que esta é uma prática que pode auxiliar na manutenção das condições de saúde dos indivíduos. Um ponto de partida para a resolução dessas questões seria propor uma formação acadêmica e/ou capacitação/treinamento acerca da fitoterapia para os profissionais de saúde e gestores, pois são eles que podem buscar melhorias nas práticas em saúde, sendo que a partir disso os usuários poderão ser bem orientados sobre o uso das plantas e/ou fitoterápicos, o que vai desencadear diversas possibilidades para que outros entraves sejam resolvidos e, assim, haja melhorias na prática fitoterápica em Picos e também em todo o nosso país.

Palavras-chave: Fitoterapia; Prescrições de medicamentos; Prática profissional.

Abstract

The present study aimed to characterize the phytotherapeutic practice in primary health care units in Picos-PI. It is a quali-quantitative, descriptive and exploratory analysis. The target population of the study was defined through non-probabilistic sampling and the data were obtained based on the application of 3 distinct questionnaires directed to managers (6

participants), health professionals (25 participants), active in the Family Health Strategies and users (50 participants) of this health service in the urban area. It was observed that 92% of health professionals had good acceptance about the insertion of phytotherapy in the Unified Health System. Among managers, there was unanimity regarding the implementation of herbal medicine in primary care as an alternative treatment. According to the managers interviewed, 67% of users requested alternative treatments in health facilities. However, it was observed that there are many difficulties to be faced regarding the infrastructure of services and the organization of the health system so that phytotherapy is properly applied as a support to health care, as this is a practice that can help in the maintenance of the health conditions of the individuals. A starting point for the resolution of these questions would be to propose an academic formation and / or qualification / training about phytotherapy for health professionals and managers, because they can seek improvements in health practices, and from this users can be well oriented on the use of plants and / or herbal medicines, which will trigger several possibilities for other obstacles to be resolved and thus there are improvements in herbal practice in health services.

Keywords: Phytotherapy; Prescripciones de medicamentos; Professional practice.

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo caracterizar la práctica herbal en las unidades de atención primaria de salud en Picos-PI. Es un análisis cualitativo, cuantitativo, descriptivo y exploratorio. La población objetivo del estudio se definió a través de un muestreo no probabilístico y se obtuvieron datos basados en la aplicación de 3 cuestionarios distintos dirigidos a gerentes (n = 6), profesionales de la salud (n = 25) que trabajan en las Estrategias de Salud Familiar y usuarios (n = 50) de este servicio de salud que requirieron este servicio en el área urbana. Se observó que el 92% de los profesionales de la salud tenían buena aceptación acerca de la inclusión de la medicina herbal en el Sistema Único de Salud. Entre los gerentes, hubo unanimidad con respecto a la implementación de la medicina herbal en la atención primaria como tratamiento alternativo. Según los gerentes entrevistados, el 67% de los usuarios solicitaron tratamientos alternativos en los establecimientos de salud. Sin embargo, se observó que hay muchas dificultades que enfrentar con respecto a la infraestructura de los servicios y la organización del sistema de salud para que la fitoterapia se aplique adecuadamente como apoyo a la atención médica, ya que esta es una práctica que puede ayudar en el mantenimiento de las condiciones de salud de los individuos. Un punto de partida para la resolución de estas preguntas sería proponer una formación académica y / o calificación / capacitación sobre fitoterapia para profesionales y gerentes de salud, ya que pueden buscar mejoras en las prácticas de salud y de estos usuarios. puede estar bien orientado sobre el uso de plantas y / o medicamentos a base

de hierbas, lo que generará varias posibilidades para que se resuelvan otros obstáculos y, por lo tanto, hay mejoras en la práctica de hierbas en servicios de salud.

Palabras clave: Fitoterapia; Drug prescriptions; Práctica professional.

1. Introdução

O uso de plantas medicinais é uma prática cultural presente na história da evolução humana, tendo sido estas os primeiros recursos terapêuticos utilizados. Segundo relata a história, as antigas civilizações têm suas próprias referências acerca das plantas medicinais e, muito antes de surgir qualquer forma de escrita, o homem já utilizava as plantas como alimento e/ou como remédio. Ao longo do tempo, o uso de plantas para fins medicinais tem se propagado pelo mundo inteiro, sendo muito útil na complementação ao tratamento convencional, consistindo-se em suporte aos cuidados em saúde. A partir do século XIX, com o progresso científico na área da química, a fitoterapia teve maior avanço mundialmente (Lima et al., 2012; Tomazzoni; Negrelle; Centa, 2006).

No Brasil, particularmente, essa conduta está culturalmente enraizada e norteia-se pelo saber tradicional transmitido ao longo das gerações. Contudo, a fitoterapia não pode ser restringida como mero artifício cultural, pois o poder curativo de diversas plantas vem sendo estudado e já houve algumas comprovações quanto à eficácia de vários princípios ativos presentes nas espécies vegetais, que podem ser úteis para a prevenção e tratamento de determinadas condições patológicas dos indivíduos (Reis et al., 2014).

Atualmente, as plantas medicinais representam a origem de 25% dos fármacos utilizados, sendo que isto se deve à grande flora mundial e as importantes propriedades terapêuticas que possuem. No Brasil, várias são as pesquisas realizadas que vêm contribuindo significativamente para o desenvolvimento e uso destas espécies vegetais, pois vêm comprovando efeitos terapêuticos, possibilitando a utilização destas para tratamento e/ou prevenção de patologias (Rosa et al., 2012). Apesar de o Brasil ser um país bastante tradicional no uso de plantas medicinais é necessária uma modernização na legislação dos órgãos sanitários buscando incentivar a pesquisa, desenvolvimento e exploração sustentável da biodiversidade brasileira (Castro; Albiero, 2016).

Durante a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde realizada em Alma-Ata em 1978, a Organização Mundial da Saúde reconheceu oficialmente a importância do uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos e recomendou a difusão dos conhecimentos necessários para o uso da fitoterapia, a partir daí se teve o registro de um

marco inicial para o estabelecimento dessa terapêutica no setor da saúde (Fontenelle et al., 2013).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de seus princípios e diretrizes norteadores, abraça a fitoterapia como recurso terapêutico integrativo e complementar à saúde e propõe políticas públicas e normatizações específicas que buscam institucionalizar esta prática. As políticas iniciadas em 2006 (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) contemplam diretrizes, ações e responsabilidades das três esferas de governo para a oferta de serviços e produtos. Estas ultrapassam as dimensões do setor saúde, são intersetoriais e englobam toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e produtos fitoterápicos (Fontenele et al., 2013).

O Ministério da Saúde, por meio dessas políticas que norteiam a fitoterapia oficializa a instituição dessa terapia nos serviços de saúde que atendem o SUS a fim de que haja a ampliação do acesso da população aos medicamentos fitoterápicos. Além de ser uma forma de tratamento alternativo ao convencional, esta prática visa poupar recursos com a obtenção de medicamentos, propiciar a geração de emprego, melhora da qualidade de fitoterápicos usados pela população, menor ocorrência de efeitos colaterais, ampliação do acesso por parte dos usuários do SUS, dentre outras vantagens que podem favorecer o tratamento de determinadas patologias da atenção primária (Balbino; Dias, 2010).

Entretanto, um dos grandes desafios da prática fitoterápica é a difusão do conhecimento com vistas no uso racional desta classe de medicamentos, haja vista que a automedicação de fitoterápicos e plantas medicinais, é uma prática comum entre muitos consumidores. Alguns fatos corroboram para esta prática, um deles é a concepção de que podem ser utilizados de qualquer maneira por serem naturais, desconhecendo e/ou ignorando o risco de toxicidade, indicações ou contraindicações que as plantas medicinais apresentam. Além disso, a aquisição destes produtos ocorre de maneira livre, estando estes, ao alcance de qualquer pessoa que queira (Cantarelli, 2012).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa buscou compreender qual a percepção dos gestores, profissionais da saúde e usuários do SUS sobre a inserção da fitoterapia na atenção básica, apurar o nível de aceitação dos envolvidos nas práticas terapêuticas sobre essa forma de tratamento, assim como também observar o olhar dos usuários sobre essa prática nas unidades básicas de saúde do município de Picos, no estado do Piauí.

2. Metodologia

O presente estudo se trata de uma análise com abordagem quali-quantitativa, descritiva e exploratória. Como define Ensslin & Vianna (2008), entende-se que a pesquisa quali-quantitativa seja um constructo teórico e prático dinâmico, com uma estrutura orientadora de um processo continuamente aberto ao questionamento acerca dos pontos-chave do problema levantado e possível de ser avaliado sob critérios de validade científica. A pesquisa com abordagem descritiva e exploratória, segundo afirma Cantarelli (2012), é aquela que tem a meta de tornar o problema explícito a fim de responder aos objetivos propostos e contribuir para a construção de hipóteses para novos trabalhos e planejamentos de melhoria do sistema de saúde do município.

A população-alvo do estudo foi definida através de amostragem não probabilística, de forma aleatória, tendo como alvo gestores, profissionais e usuários que apresentassem desejo e disponibilidade de participação. Foram entrevistados 6 gestores do programa Estratégia Saúde da Família (ESF) na zona urbana do município de Picos-PI, dos quais todos possuíam formação em enfermagem. Ademais, participaram 25 profissionais de saúde, dos quais 11 possuíam nível superior (4 médicos, 3 enfermeiros, 1 fonoaudiólogo, 1 nutricionista, 1 psicólogo e 1 cirurgião-dentista) e 9 haviam concluído o nível técnico (8 técnicos de enfermagem e 1 técnico em saúde bucal) e 5 agentes de saúde. Por fim, foram entrevistados 50 usuários do SUS, residentes das zonas rural ou urbana do município.

O município alvo da pesquisa, Picos, Piauí, conta com 36 postos de saúde, sendo 25 situados na zona urbana e 11 situados na zona rural. A coleta de dados ocorreu substancialmente nas unidades da zona urbana de Picos-PI, no período de março de 2016 a junho de 2016. As entrevistas foram realizadas nas unidades de atenção primária e as respostas foram transcritas manualmente pelo entrevistador.

Para a coleta de dados, utilizaram-se como instrumentos uma adaptação dos questionários semiestruturados Cantarelli (2012), que englobaram questões relativas a dados pessoais do entrevistado, conhecimento sobre plantas medicinais e fitoterápicos (conhecimento técnico e popular), conhecimento sobre políticas públicas que envolvem o tema, aspectos da utilização da fitoterapia pela população atendida, questionamentos a respeito de como os entrevistados enxergam a inserção da fitoterapia no SUS como tratamento alternativo em saúde. Estes instrumentos foram direcionados, respectivamente, a gestores, profissionais da saúde e usuários.

Os dados obtidos durante a pesquisa foram organizados e analisados através do Programa Microsoft Office Excel 2007 e convertidos em gráficos, quadros e tabelas.

3. Resultados e Discussão

Percepção dos gestores sobre a prática fitoterápica

Com relação às opiniões dos gestores sobre a fitoterapia, eles afirmaram ser uma alternativa terapêutica de grande valia caso seja efetivamente instituída nas unidades básicas de saúde, pois seria útil não só como coadjuvante no tratamento elegido pelo médico como também, em alguns casos, poderia ser oferecida como medicamento de primeira escolha.

A respeito da PNPIC, os gestores comentaram ser uma política importante para a saúde pública, pois a mesma aumenta o leque de possibilidades de tratamento para a população, além de contribuir para a integralidade da assistência, isso permite ao usuário escolher alternativas para seu cuidado na promoção de saúde, prevenção de agravos e tratamentos. Além disso, segundo os gestores, esta alternativa poderia ser utilizada concomitantemente com outras terapias, por ser muito útil no tratamento e prevenção de doenças, o que fortaleceria as práticas integrativas na atenção básica. Observam-se, ainda, pontos de vista semelhantes a estes nos posicionamentos dos gestores entrevistados no trabalho desenvolvido por Ischkanian & Pelicioni (2012), onde eles relatam que a implementação da prática fitoterápica ampliaria os serviços ofertados pelo SUS.

Dos gestores entrevistados, 83% afirmaram já terem ouvido falar sobre a PNPIC e 17% disseram não conhecerem e nem mesmo ter ouvido falar sobre tal política. Ademais, 67% informaram que as unidades de saúde do município não oferecem tratamentos integrativos e complementares para a população que solicita o serviço da atenção básica de saúde, enquanto que 33% disseram que existem eventuais ofertas de terapias alternativas em saúde na atenção primária do município. Acrescentaram que, embora vejam os recursos terapêuticos integrativos sendo eventualmente ofertados, isso ainda é feito de forma bastante tímida no município de Picos.

Quanto à solicitação dos tratamentos alternativos por parte da população atendida nas unidades de saúde, 67% dos gestores entrevistados informaram que os pacientes costumam solicitar esse tipo de tratamento e 33% comentaram que não presenciaram requerimento dos seus pacientes. Dados concordantes foram vistos também no estudo de Fontenele et al. (2013), realizado na capital Teresina-PI, onde 79,4 % dos usuários do SUS recorrem à fitoterapia como forma de tratamento e apenas 20,6% dizem não a solicitarem.

Houve unanimidade entre os gestores entrevistados quanto à possibilidade de implementação da PNPIC nas unidades de saúde do município como tratamento coadjuvante

na atenção básica. Metade deles referiu uso pessoal da fitoterapia como recurso terapêutico, assim como também indicam esta forma de tratamento aos pacientes, pois afirmam ter obtido bons resultados na terapia das enfermidades, no entanto, fazem isso com base no saber popular. Os gestores que não indicam plantas e fitoterápicos dizem fazer isso por não possuírem conhecimento científico a respeito das plantas medicinais e não se sentirem seguros para tal indicação. No estudo feito por Silva (2012), os profissionais da saúde também relataram fazer prescrição baseados predominantemente no saber popular e 98,7% deles disseram que têm consciência de que necessitam de mais conhecimento científico sobre o assunto.

Segundo os entrevistados, não há treinamentos em fitoterapia para os profissionais de saúde. A fitoterapia em alguns postos de saúde, segundo os relatos dos gestores entrevistados, nem mesmo é ofertada. Os participantes se mostraram disponíveis para a discussão do assunto, apontando justificativas, estratégias e dificuldades de ordem política, estrutural e financeira, a fim de que haja a ampliação de práticas alternativas em saúde para fortalecimento da integralidade na Atenção Básica.

Percepção dos profissionais sobre a prática fitoterápica

O perfil dos participantes entrevistados, relativo a sexo, idade e tempo de trabalho na ESF, pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1. Características do grupo de profissionais entrevistados.

Dados	Profissionais da saúde	Total (%)
SEXO		
Masculino	10	40%
Feminino	15	60%
FAIXA ETÁRIA		
25 a 30	7	28%
31 a 40	10	40%
41 a 59	8	32%
TEMPO DE TRABALHO NA ESF		
Menos de 1 ano	4	16%
Até 8 anos	10	40%
Até 15 anos	5	20%
Mais de 15 anos	6	24%

Fonte: Próprio autor, 2018.

Quanto ao uso pessoal da fitoterapia 76% dos profissionais entrevistados referiram o fazer com base no conhecimento popular sobre as plantas medicinais, pois informaram não saber sobre a real eficácia dos princípios ativos das espécies vegetais, nem mesmo sobre a interação entre elas e os medicamentos.

A prática fitoterápica deve ser desempenhada com cautela para ser ofertada de forma segura e direcionada em benefício da população, minimizando o risco de prejuízo à saúde dos indivíduos. Para isso, é necessário que os profissionais tenham acesso e busquem conhecimentos a respeito desse assunto, para que uma vez solicitados quanto à este tipo de terapia (Carvalho et al., 2007; Marlière et al., 2008).

Além disso, 64% dos profissionais relataram realizar eventuais prescrições de plantas medicinais e/ou fitoterápicos. Embora os entrevistados tenham mencionado que prescrevem estes medicamentos com base no saber popular, uma das justificativas utilizadas para tal ato é a “obtenção de bons resultados”, segundo muitos mencionaram. Os demais entrevistados (36%) disseram não prescreverem plantas medicinais, assim como outros produtos fitoterápicos, pois não se sentem seguros em tal recomendação.

A falta de conhecimento científico dos profissionais a respeito da segurança e eficácia das espécies vegetais pode demonstrar o motivo da indicação da fitoterapia não ser tão frequente na atenção básica. A maioria observa a fitoterapia como uma boa forma de tratamento, porém alguns disseram que não acreditam muito no seu potencial terapêutico, restringindo essa prática apenas a credices populares. Contudo, houve consenso sobre a possibilidade de implementação da PNPIC no município.

Quanto aos seus cursos de formação, a totalidade dos profissionais relatou não ter contato com nenhuma disciplina que envolvesse a fitoterapia e apontaram também a falta de mais estudos prospectivos sobre a elucidação da eficácia das plantas. Essas questões também foram levantadas pelos participantes da pesquisa realizada por Rosa et al. (2011), em que se observa a necessidade de mais conhecimento científico por parte dos profissionais de saúde, para que haja a inclusão de terapias alternativas, como a fitoterapia, no atendimento primário.

A respeito do conhecimento das legislações vigentes, 68% afirmaram já ter ouvido falar sobre a política que regulamenta as práticas integrativas e complementares e 32% disseram desconhecer essa política. Resultados destoantes são encontrados na pesquisa realizada por Ischkanian & Pelicioni (2012), em que a maioria dos profissionais (n= 20) desconhecia totalmente a PNPIC, e a minoria (n= 3) relatou conhecer de forma superficial.

Ademais, a grande maioria (n= 22) demonstrou boa aceitação em relação à fitoterapia, exceto dois dos profissionais entrevistados, dos quais um relatou não acreditar no potencial terapêutico e o outro, relatou que apesar de reconhecer que, de fato, esta prática alternativa é promissora aos cuidados em saúde, no momento é necessário que se ampliem as pesquisas as plantas medicinais. Assim como na entrevista com os gestores, houve consenso entre os profissionais da saúde sobre a possibilidade de implementação dessa terapia nas unidades que atendem o SUS. Semelhantemente, o estudo de Fontenele et al. (2013), mostrou grande apreciação da fitoterapia por parte dos profissionais da saúde.

Dentre estes participantes, 92% conheceram as práticas integrativas e complementares e disseram ser alternativas bastante interessantes para dar suporte aos cuidados em saúde, sendo que entre as Práticas Integrativas de Cuidados (PICs) mais citadas encontra-se a fitoterapia (100% dos profissionais disseram conhecê-la), seguida da acupuntura, citada por 24% e a massoterapia, citada por 12% dos profissionais. Dentre essas práticas integrativas, a fitoterapia foi destacada pela maior parcela dos profissionais (92%) como um potencial recurso terapêutico, devido a vivenciar na prática clínica e os resultados positivos das plantas medicinais na terapêutica de algumas enfermidades. Apenas 8% dos profissionais desconheciam as práticas integrativas e complementares, comentando nunca terem tido contato com tais práticas no exercício de sua profissão.

As opiniões dos profissionais entrevistados a respeito das PICs são diversas, alguns dizem ter respostas satisfatórias a tratamentos específicos, pois são importantes terapias, algumas de baixo custo, naturais, eficazes, podendo contribuir para o bem-estar geral do organismo, além de serem práticas complementares ao tratamento medicamentoso, contribuindo para o alívio de dores e/ou outros problemas do paciente. Relataram existir casos em que não é necessário o uso de medicamentos, mas massagens ou chás (que também são práticas alternativas) já resolveriam o problema do paciente.

O estudo mostrou que 92% dos profissionais da saúde apresentou boa aceitação sobre a inserção da fitoterapia no SUS, pois os mesmos afirmaram este tratamento pode ter aplicação eficaz sobre muitas patologias. Além disso, a implementação desta conduta terapêutica pode contribuir para a diminuição do uso irracional de plantas e fitoterápicos, visto que os usuários do SUS seriam orientados sobre a correta utilização. Contudo, aliado a isso é necessário investir na capacitação dos profissionais de saúde sobre esta prática, apresentando aspectos como atividades farmacológica, interações medicamentosas, toxicidade, dentre outros, a fim de que estejam preparados para oferecer essa alternativa terapêutica.

Em contrapartida, 8% dos profissionais de saúde não demonstrou boa aceitação com relação à fitoterapia, pois não acreditam na eficácia dessa forma de tratamento. Apesar disso, os mesmos não descartaram a possibilidade de implementação da fitoterapia pelo SUS, porém afirmaram que embora seja uma prática promissora são necessários mais estudos que comprovem a eficácia das plantas, para que seu uso seja, de fato, seguro e efetivo na prática clínica.

Prioridades na investigação das plantas medicinais para a implementação da fitoterapia foram designadas pelo Ministério da Saúde atualmente no Brasil, a fim de que se torne uma prática clínica oficial, orientando as Comissões Interinstitucionais de Saúde (CIS) a buscarem sua inserção no SUS. Alguns trabalhos já são realizados em estados como o Ceará com o objetivo de desvendar o uso de plantas medicinais pela população, encontrando alta prevalência de uso (Santos et al., 2011).

Percepção dos usuários sobre a prática fitoterápica

A Tabela 2 apresenta o perfil sociodemográfico dos usuários das unidades de saúde estudadas participantes da presente análise (n= 50), caracterizado através do sexo, faixa etária, zona onde reside, faixa de renda mensal familiar e escolaridade.

Tabela 2. Distribuição sócio demográfica da amostra entrevistada de usuários do SUS do município de Picos-PI.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	%
SEXO		
Masculino	05	10
Feminino	45	90
FAIXA ETÁRIA		
18 a 30	34	68
30 a 40	08	16
40 a 50	03	6
50 a 60	03	6
Acima de 60	02	4
ZONA ONDE RESIDE		
Zona rural	07	14
Zona urbana	43	86
FAIXA DE RENDA MENSAL FAMILIAR		

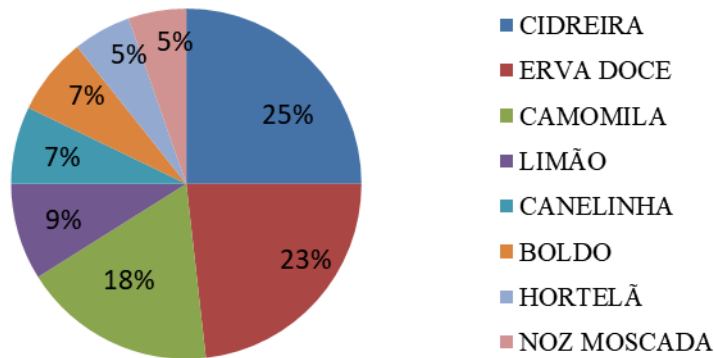
880,00	30	60
Até 1000	06	12
De 1000 a 2000	11	22
Acima de 2000	03	6
ESCOLARIDADE		
Ensino fundamental incompleto	03	6
Ensino fundamental completo	03	6
Ensino médio incompleto	06	12
Ensino médio completo	12	24
Ensino superior incompleto	14	28
Ensino superior completo	04	8
Pós graduação incompleta	03	6
Pós graduação completa	03	6
Analfabeto	02	4

Fonte: Próprio autor, 2018.

Quanto à percepção dos mesmos à respeito da prática fitoterápica, 52% dos entrevistados relataram fazer uso da fitoterapia, recorrendo a esse tipo de tratamento por verem resultados positivos nessa utilização, evidenciando vários relatos sobre a eficácia das diversas plantas e fitoterápicos administrados. Por outro lado, 48% afirmaram que não utilizam a fitoterapia, pois não tem apreciação por esse tipo de recurso terapêutico, devido não se sentirem seguros em fazer uso de plantas medicinais, além de não observarem eficácia necessária para tratar certas enfermidades, dando preferência aos medicamentos convencionais. Estes resultados sugerem que novas pesquisas com números maiores de participantes devam ser desenvolvidos, na perspectiva de se obter uma amostra mais representativa da população, viabilizando uma visão mais ampla a respeito do conhecimento e apreciação por parte dos usuários do SUS em relação à prática fitoterápica realizada.

Dentre as plantas medicinais mais citadas pelos usuários, a erva cidreira (*Melissa officinalis*) destaca-se como a mais utilizada pelo grupo entrevistado, seguida da erva doce (*Pimpinella anisum*), camomila (*Matriaria recutita*) e limão (*Citrus limon*), como mostra o Gráfico 1. Dentre os consumidores de chás (n= 26), seis tomam com frequência de uma vez por semana, catorze tomam uma vez por mês e seis tomam de duas a três vezes por semana.

Gráfico 1. Plantas medicinais mais utilizadas pelos usuários entrevistados.



Fonte: Próprio autor, 2018.

Esses resultados sugerem que mais da metade (52%) da população entrevistada é adepta ao consumo de chás para as mais diversas finalidades, dentre elas, insônia, dores estomacais, melhora do funcionamento digestivo e outras. No entanto, este consumo se baseia, por muitas vezes, estritamente no conhecimento empírico destas pessoas, que as leva a sequer consultar profissionais da saúde à respeito desta ingestão. Assim, essa prática precisa, aos poucos, ser desconstruída, por que embora as plantas sejam naturais, toda erva possui um certo grau de toxicidade e pode gerar riscos à saúde da população.

Dentre os participantes que já fizeram uso de fitoterápicos, 80% relatou que obtiveram os benefícios que procuravam e 20% disse não haver melhoras das condições clínicas apresentadas. Entre as 10 pessoas que utilizaram fitoterápicos apenas 3 receberam indicação médica para isso, os outros 7 indivíduos consumiram a partir de aconselhamentos de parentes ou amigos. Em um estudo semelhante realizado nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - PR, demonstrou que o conhecimento das plantas medicinais por parte da comunidade vinha 11% através de vizinhos, 8% com profissionais de saúde, 5% de acordo com crenças ou tradições, 57% com pais ou avós, 1% em livros ou revistas e 18% em outras fontes (Bruning; Mosegui; Vianna, 2012).

Diante desses resultados, é possível constatar a importância de se abordar mais sobre o conhecimento de plantas e/ou fitoterápicos na grade curricular acadêmica dos profissionais de saúde, bem como é propício a oferta de capacitação/treinamento em saúde das práticas integrativas e complementares, como a fitoterapia, direcionado aos gestores e profissionais de saúde atuantes nas Unidades Básicas de Saúde do SUS, não somente no município de Picos, mas em todo o Brasil.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), por meio da Resolução CFN nº 556 de

11 de abril de 2015 regulamenta a prática da Fitoterapia pelo nutricionista, atribuindo-lhe competências para, nas modalidades que especifica, prescrever plantas medicinais e chás medicinais, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e preparações magistrais de fitoterápicos como complemento da prescrição dietética e dá outras providências (CFN, 2015). Segundo a referida resolução, ao adotar a Fitoterapia o nutricionista deve basear-se em evidências científicas quanto a critérios de eficácia e segurança, considerar as contraindicações e oferecer orientações técnicas necessárias para minimizar os efeitos colaterais e adversos das interações com outras plantas, com drogas vegetais, com medicamentos e com os alimentos, assim como os riscos da potencial toxicidade dos produtos prescritos.

Os nutricionistas vêm apostando e atuando nesta área por meio da prescrição de plantas medicinais e/ou drogas vegetais nas diferentes composições farmacológicas, a fim de que possam auxiliar em casos de obesidade, síndrome metabólica e/ou doenças associadas decorrentes ou causadoras de desordens na alimentação. Além do que, o nutricionista é um dos profissionais da saúde que pode contribuir para a difusão do conhecimento sobre a fitoterapia para a população que busca melhorar a qualidade de vida, evitando o consumo exacerbado e errôneo de espécies vegetais, podendo assim evitar intoxicações e efeitos adversos à saúde (Rosa; Barcelos; Bampi, 2012).

4. Conclusão

No transcorrer do presente estudo, percebeu-se que é grande a utilização das plantas medicinais no município de Picos-PI, constatando-se, então, que as plantas medicinais são de suma importância para a manutenção da saúde das pessoas.

Nas unidades de saúde foi encontrada uma fitoterapia subutilizada, pois a automedicação, tanto de medicamentos convencionais quanto de plantas medicinais e fitoterápicos, ainda é uma prática presente na população brasileira apesar das inúmeras campanhas que mostram os perigos da mesma.

Os resultados deste estudo apresentam subsídios teóricos para discussões na Saúde Pública sobre tratamentos alternativos à base de plantas medicinais. No entanto, são necessários mais estudos envolvendo essa temática e que contenham uma amostra populacional mais abrangente.

Existem muitas dificuldades a serem enfrentadas quanto à infraestrutura dos serviços e à organização do sistema de saúde para que a fitoterapia seja devidamente aplicada como

suporte aos cuidados em saúde. Para que isso aconteça, é necessário, primeiramente, mudanças na formação acadêmica dos profissionais e gestores, pois são eles que podem buscar melhorias nas práticas em saúde quando a percepção deles sobre a importância da fitoterapia for ampliada, sendo que a partir disso os usuários poderão ser bem orientados sobre o uso das plantas e/ou fitoterápicos, o que vai desencadear diversas possibilidades para que outros entraves sejam resolvidos e, assim, haja melhorias na prática fitoterápica nos serviços de saúde.

Referências

Balbino, E. E.; Dias, M. F. (2010). Farmacovigilância: Um Passo Em Direção Ao Uso Racional De Plantas Medicinais E Fitoterápicos. *Revista Brasileira De Farmacognosia*, 20(6):992-1000.

Bruning, M.C.R.; Mosegui, G.B.G.; Vianna, C.M.M. (2012). A Utilização Da Fitoterapia E De Plantas Medicinais Em Unidades Básicas De Saúde Nos Municípios De Cascavel E Foz Do Iguaçu – Paraná: A Visão Dos Profissionais De Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(10): 2675-2685.

Cantarelli, A. P. (2012). *Estudo Da Utilização Das Plantas Medicinais Pelos Usuários Do Sus E Das Práticas Dos Profissionais De Saúde De Doutor Maurício Cardoso Em Relação À Fitoterapia*. Trabalho De Conclusão De Curso (Curso De Especialização Em Gestão Em Saúde/Uab) – Universidade Federal Do Rio De Grande Do Sul / Curso De Especialização Em Gestão Em Saúde Ead.

Carvalho, A. C. B.; Nunes, D. S. G.; Baratelli, T. G.; Shuqair, N. S. M. S. A. Q.; Netto, E. M. (2007). Aspectos Da Legislação No Controle Dos Medicamentos Fitoterápicos. *Revista T&C Amazônia*, 5(11):26-32.

Castro, R. A.; Albiero, A. L.M. (2016). O Mercado De Matérias Primas Para Indústria De Fitoterápicos. *Revista Fitos*, 10(1):59-72.

Conselho Federal De Nutricionistas (Cfn). (2015). *Resolução Cfn Nº 556, De 11 De Abril De 2015*. Altera As Resoluções Nº 416, De 2008, E Nº 525, De 2013, E Acrescenta Disposições

À Regulamentação Da Prática Da Fitoterapia Para O Nutricionista Como Complemento Da Prescrição Dietética. Acesso Em 21 De Agosto De 2019, Em Http://Www.Cfn.Org.Br/Wp-Content/Uploads/Resolucoes/Res_556_2015.Htm.

Ensslin, L; Vianna, W. B. (2008). O Design Na Pesquisa Quali-Quantitativa Em Engenharia De Produção – Questões Epistemológicas. *Revista Científica Eletrônica De Engenharia De Produção*, 8(1):1-16.

Fontenele, R. P.; Sousa, D. M. P.; Carvalho, A. L. M.; Oliveira, F. A. (2013). Fitoterapia Na Atenção Básica: Olhares Dos Gestores E Profissionais Da Estratégia Saúde Da Família De Teresina (Pi), Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 18(8):2385-2394.

Ischkanian, P. C; Pelicioni, M. C. F. (2012). Desafios Das Práticas Integrativas E Complementares No Sus Visando A Promoção Da Saúde. *Revista Brasileira De Crescimento Desenvolvimento Humano*, 22(1):233-238.

Lima, S. C. Da S; Arruda, G. O. De; Renovato, R. D.; Alvarenga, M. R. M. (2012). Representações E Usos De Plantas Medicinais Por Homens Idosos. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, 20(4): 778-786.

Marliére, L. D. P.; Ribeiro, A. Q.; Brandão, M. G. L.; Klein, C. H.; Acurcio, F. A. (2008). Utilização De Fitoterápicos Por Idosos: Resultados De Um Inquérito Domiciliar Em Belo Horizonte (Mg), Brasil. *Revista Brasileira De Farmacognosia*, 18(0):754-760.

Reis, L. B. M.; Farias, A. L.; Bollella, A. P.; Silva, H. K. M.; Canuto, M. I. C.; Zambelli, J. C.; Freire, M. C. M. (2014). Conhecimentos, Atitudes E Práticas De Cirurgiões-Dentistas De Anápolis-Go Sobre A Fitoterapia Em Odontologia. *Revista De Odontologia Unesp*, 43(5):319-325.

Rosa, R. L.; Barcelos, A. L. V.; Bampi, G. (2012). Investigação Do Uso De Plantas Medicinais No Tratamento De Indivíduos Com Diabetes Mellitus Na Cidade De Herval D' Oeste. *Revista Brasileira Plantas Medicinais*, 14(2):306-310.

Rosa, C.; Câmara, S. G.; Béria, J. U. (2011). Representações E Intenção De Uso Da Fitoterapia Na Atenção Básica À Saúde. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1):311-318.

Santos, R. L.; Guimaraes, G. P.; Nobre, M. S. C.; Portela, A. S. (2011). Análise Sobre A Fitoterapia Como Prática Integrativa No Sistema Único De Saúde. *Revista Brasileira Pl. Medicina*, 13(4):486-491.

Silva, J. B. (2012). *As Práticas De Uso De Plantas Medicinai s E Fitoterápicos Por Trabalhadores De Saúde Na Atenção Básica*. Dissertação (Mestrado Em Ciências) - Universidade De São Paulo / Programa Enfermagem Em Saúde Pública.

Tomazzoni, M. I.; Negrelle, R. R. B.; Centa, M. L. (2006). Fitoterapia Popular: A Busca Instrumental Enquanto Prática Terapêutica. *Texto & Contexto Enfermagem*, 15(1):115-121.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Marina Lacerda Barbosa – 25%

Maíza Lacerda Barbosa – 15%

Tamires da Cunha Soares – 15%

Ticianne da Cunha Soares – 15%

Lindalva de Moura Rocha – 15%

Gabriel Barbosa Câmara – 15%